

**Autor:**

Ana Cristina Martins

**Título:**

*Da Comissão dos Monumentos Nacionaes ao Conselho de Arte Nacional: as (des)venturas do inventário e classificação patrimonial no limiar do século XX*

Depois de ter batalhado ao longo de vários anos pela institucionalização da defesa dos «monumentos nacionais», a RAACAP veria, finalmente, coroados os seus esforços em 1882, ano em que o Governo decidiu formar a *Comissão dos Monumentos Nacionaes* no seio do *Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria*, facto que acabaria por determinar muitas das suas (des)venturas.

Não obstante, deu-se então início àquele que era então (como hoje) considerado como o passo fundamental rumo a uma real política de conservação dos vestígios de antanho: o seu inventário rigoroso. Somente conhecendo o que se possuía se poderia proceder à sua eventual classificação, etapa decisiva no longo processo de preservação patrimonial, que deveria ser ultimado na sua ampla divulgação e fruição por parte de um público paulatinamente mais consciente.

Mas apesar de tão louváveis (quanto necessários) propósitos, a realidade no terreno demonstrava bem como seria difícil concretizá-los. A própria orgânica interna dos sucessivos conselhos e comissões de monumentos instituídos desde então parecia estar fadada ao insucesso, quer pela gritante falta de um quadro de técnicos permanente, quer pela insensibilidade e/ou desconhecimento que (salvo exemplares exceções), de um modo geral, as entidades públicas e privadas persistiam em votar às questões directamente relacionadas com a salvaguarda patrimonial. E nem a reforma dos estudos artísticos e arqueológicos decretada em 1911 conseguiria ultrapassar verdadeiramente este incómodo e longo impasse, pois a sua filosofia deparava-se com um infindável número de interesses de diferente natureza há muito instalados na nossa sociedade, designadamente no que à interioridade geográfica do país dizia respeito, embora os problemas derivassem de uma profunda insuficiência estrutural.

Com a presente comunicação, pretendemos explorar algumas das principais dificuldades (a)firmadas ao longo dos três primeiros decénios de existência e actuação do grupo de trabalho que esteve na origem da institucionalização patrimonial em Portugal, através, precisamente, do debate que os seus diversos vogais efectivos foram mantendo em torno de procedimentos tão essenciais ao resgate da *memória* nacional, regional e local, como o inventário e a classificação.